



Planejamento Coletivo e Acompanhamento Pedagógico: Caminhos para a Efetivação da BNCC e da Avaliação Formativa

Collaborative Planning and Pedagogical Monitoring: Pathways to Implementing the BNCC and Formative Assessment

Alessandra Tavares de Brito

Universidad De La Integración De Las Américas – PY. <https://lattes.cnpq.br/6453533480493852>.

Deomário Reis da Silva

Universidad De La Integración De Las Américas – PY. <https://lattes.cnpq.br/6930311357697060>.

Elias Andrade Cortez

Universidad De La Integración De Las Américas – PY. <https://lattes.cnpq.br/0098485263964651>.

Resumo: O presente estudo analisa a articulação entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o planejamento coletivo, o acompanhamento pedagógico e a avaliação escolar no Ensino Fundamental I. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental que busca compreender de que maneira a gestão pedagógica e a prática docente colaborativa transformam as diretrizes curriculares em aprendizagens significativas. A fundamentação teórica orienta-se pelas perspectivas da gestão democrática, da formação continuada e da avaliação formativa. Destaca-se que o planejamento coletivo constitui um espaço privilegiado de reflexão e práxis docente, superando a fragmentação do trabalho individual. O acompanhamento pedagógico realizado pela coordenação assume caráter formativo e parceiro, assegurando o alinhamento entre o currículo prescrito e o praticado. Por sua vez, a avaliação processual e diagnóstica encerra o ciclo de realimentação, subsidiando o replanejamento constante das ações educativas. Conclui-se que a integração sinérgica entre esses quatro eixos é indispensável para a efetivação dos direitos de aprendizagem e para a garantia de uma educação equitativa e de qualidade, visto que não basta a simples presença do aluno na escola: é fundamental assegurar seu sentimento de pertencimento e seu desenvolvimento integral na sala de aula.

Palavras-chave: BNCC; planejamento coletivo; acompanhamento pedagógico; avaliação escolar; Ensino Fundamental I.

Abstract: This study analyzes the interplay between the National Common Curricular Base (BNCC), collective planning, pedagogical support, and school assessment in early elementary education (Grades 1–5). It is a bibliographic and documentary study that seeks to understand how pedagogical management and collaborative teaching practices transform curricular guidelines into meaningful learning experiences. The theoretical framework is grounded in the perspectives of democratic management, continuing professional development, and formative assessment. The study highlights that collective planning serves as a prime space for reflection and teaching praxis, overcoming the fragmentation associated with isolated work. Pedagogical support provided by the coordination team takes on a formative and collaborative nature, ensuring alignment between the prescribed and enacted curricula. Meanwhile, process-oriented and diagnostic assessments complete the feedback loop, informing the continuous replanning of educational activities. The study concludes that the synergistic integration of

these four pillars is essential for realizing learning rights and ensuring equitable, high-quality education; mere student attendance is insufficient, it is crucial to foster a sense of belonging and ensure holistic development within the classroom.

Keywords: BNCC; collective planning; pedagogical monitoring; school assessment; early elementary education.

INTRODUÇÃO

O Ensino Fundamental constitui uma etapa decisiva para a alfabetização, o letramento matemático, assim como para o desenvolvimento socioemocional dos alunos. Garantir esses direitos de aprendizagem exige que a escola organize suas ações pedagógicas de maneira intencional e articulada. Embora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabeleça os direitos e objetivos essenciais de aprendizagem, a sua efetivação no cotidiano escolar depende da capacidade institucional de transpor essas diretrizes para a prática em sala de aula, tendo como pilares o planejamento coletivo, o acompanhamento pedagógico e a avaliação escolar. O planejamento coletivo contrapõe-se ao isolamento docente, promovendo espaços de reflexão crítica, troca de saberes e alinhamento de estratégias didáticas pautadas nas habilidades da BNCC. Para dar sustentação a esse processo, o acompanhamento pedagógico, exercido pela coordenação e gestão escolar, atua de forma formativa e parceira, assegurando a coerência entre o currículo prescrito e as vivências em sala de aula. Completando esse ciclo, a avaliação processual e diagnóstica monitora o desenvolvimento dos alunos, retroalimentando o planejamento e orientando intervenções precisas. Diante desse cenário, o estudo problematiza: de que maneira a articulação entre a BNCC, o planejamento coletivo, o acompanhamento pedagógico e a avaliação escolar impulsiona o desenvolvimento integral e a garantia de direitos no Ensino Fundamental I? O estudo objetiva analisar a interdependência desses quatro eixos, demonstrando como a gestão pedagógica e a prática colaborativa transformam diretrizes normativas em aprendizagens significativas. Justifica-se pela urgência de superar a fragmentação do trabalho docente e fortalecer a cultura de cooperação na Educação Básica.

A BNCC NO ENSINO FUNDAMENTAL I: DIREITOS DE APRENDIZAGEM E INTENCIONALIDADE PEDAGÓGICA

A homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Básica estabeleceu um novo paradigma para a educação brasileira, definindo o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os estudantes têm o direito de desenvolver. No Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), esse documento normativo enfatiza a necessidade de articular as vivências infantis oriundas da Educação Infantil com a sistematização dos conhecimentos escolares, assegurando uma transição suave e pedagogicamente acolhedora.

Nesta etapa, o foco prioritário incide sobre o processo de alfabetização nos dois primeiros anos, compreendendo que a apropriação do sistema de escrita alfabética é a porta de entrada para a participação plena na cultura letrada e para a consolidação de aprendizagens futuras em todas as áreas do conhecimento. Conforme aponta a legislação educacional nacional, a BNCC busca assegurar a equidade:

A Base Nacional Comum Curricular é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento (Brasil, 2018, p. 7).

Entretanto, para que as dez competências gerais e as habilidades específicas dos Anos Iniciais não permaneçam restritas ao plano teórico, faz-se indispensável a intencionalidade pedagógica. A intencionalidade implica que o professor não apenas conheça os objetos de conhecimento previstos para cada ano de escolaridade, mas planeje ambientes, materiais e mediações capazes de mobilizar o pensamento crítico, a curiosidade e a autonomia do aluno. Sem essa transposição consciente, a BNCC corre o risco de se transformar em um mero checklist burocrático, desprovido de sentido para a realidade da escola pública brasileira.

PLANEJAMENTO COLETIVO: ESPAÇO DE PRÁXIS E TRABALHO COLABORATIVO

O planejamento pedagógico é tradicionalmente compreendido como um ato político, ético e técnico. Quando realizado de forma individual e isolada, contudo, tende a fragilizar-se e a converter-se no preenchimento mecânico de formulários e planos de aula. Em contraposição a esse modelo individualista, o planejamento coletivo emerge como uma estratégia fundamental para o fortalecimento da identidade docente e para a melhoria do trabalho pedagógico na sala de aula.

Nos momentos de planejamento em equipe, como as reuniões pedagógicas e os horários de trabalho pedagógico coletivo (HTPC), os educadores têm a oportunidade de dialogar sobre as especificidades do desenvolvimento das turmas, compartilhar metodologias ativas, analisar erros conceituais recorrentes e construir itinerários formativos alinhados à BNCC. Vasconcellos (2014) destaca que o planejamento não é um evento estático, mas um processo contínuo de tomada de decisão pautado na realidade da comunidade escolar.

As vantagens da implementação do planejamento coletivo podem ser sintetizadas nas seguintes alíneas:

Troca contínua de saberes e experiências práticas entre docentes do mesmo ano ou ciclo de alfabetização;

Padronização e alinhamento das expectativas de aprendizagem sem prejuízo da autonomia metodológica de cada educador;

Elaboração de projetos interdisciplinares que conectam diferentes componentes curriculares da BNCC;

Identificação precoce de alunos em situação de defasagem de aprendizagem e construção coletiva de estratégias de intervenção imediata;

Redução do sentimento de solidão profissional e fortalecimento do sentimento de pertencimento ao projeto político-pedagógico da escola.

Dessa forma, o planejamento coletivo consolida-se como um verdadeiro espaço de práxis, entendido como a ação reflexiva e a reflexão transformadora sobre a ação, no qual a BNCC deixa de ser uma imposição externa e passa a ser reinterpretada a partir do contexto real dos alunos.

ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO: PARCERIA E DIMENSÃO FORMATIVA DA GESTÃO

Para que o planejamento construído coletivamente ganhe concretude na rotina da sala de aula, faz-se indispensável a mediação do acompanhamento pedagógico. Historicamente, a supervisão ou orientação educacional esteve associada à fiscalização, ao controle punitivo e ao cumprimento rígido de cronogramas. No paradigma da gestão democrática, entretanto, o acompanhamento pedagógico assume um papel marcadamente formativo e parceiro do trabalho docente.

Exercido primordialmente pelo coordenador pedagógico, apoio pedagógico ou pedagogo, o acompanhamento envolve o escutar atento das demandas dos professores, a observação participativa do cotidiano escolar, a análise das produções dos alunos e a oferta de feedbacks construtivos. De acordo com Lück (2015), a gestão pedagógica constitui o núcleo central da administração escolar, uma vez que todas as demais dimensões (financeira, administrativa e física) existem para dar suporte ao processo de ensino-aprendizagem.

Tabela 1 – Comparativo entre a Gestão Tradicional/Fiscalizatória e a Gestão Formativa/Parceira.

Dimensão	Acompanhamento Fiscalizatório/ Tradicional	Acompanhamento Formativo/ Parceiro
Foco Principal	Cumprimento de prazos, preenchimento de diários e checagem de conteúdo.	Análise dos processos de aprendizagem e apoio ao desenvolvimento docente.
Papel do Coordenador	Inspecionar, cobrar, julgar e apontar falhas sem propor soluções.	Mediar, escutar, colaborar, oferecer feedback e propor alternativas didáticas.
Relação com o Professor	Hierárquica, burocrática, distante e pautada no receio da punição.	Horizontal, dialógica, de confiança mútua e corresponsabilidade pedagógica.
Uso dos Resultados	Classificação dos professores e prestação de contas administrativa.	Replanejamento das ações, formação continuada na escola e apoio às dificuldades.

Fonte: Adaptado de Lück (2015).

O acompanhamento pedagógico eficiente atua como uma ponte reflexiva entre a intenção do planejamento e o impacto real da aula. Ao acompanhar os registros pedagógicos e a dinâmica de sala de aula, o coordenador identifica demandas de formação continuada para a própria equipe, permitindo a realização de estudos em serviço focados nos desafios reais vividos pelos professores.

AValiação ESCOLAR: PROCESSO DIAGNÓSTICO, FORMATIVO E REGULADOR DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem no ambiente escolar reveste-se de singular relevância no Ensino Fundamental, visto que os alunos estão vivenciando suas experiências de sistematização do conhecimento formal. Tradicionalmente centrada em testes somativos e atribuição de notas classificatórias, a avaliação precisa ser ressignificada sob a ótica da avaliação formativa, mediadora e diagnóstica.

Avaliar, segundo Luckesi (2011), é um ato de acolhimento do educando no ponto em que ele se encontra, visando à sua evolução. Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, dedicados prioritariamente à alfabetização, a avaliação deve priorizar pareceres descritivos, portfólios, registros de observação e jogos diagnósticos em detrimento da mera aplicação de provas pontuais. Hoffmann (2014) reitera que a avaliação mediadora exige uma atitude investigativa permanente do educador sobre os processos de construção do conhecimento pelo aluno.

- a) Nessa perspectiva, o ciclo de avaliação escolar cumpre três funções centrais interligadas:
- b) Diagnosticar os conhecimentos prévios, ritmos de aprendizagem e saberes consolidados pelos alunos;
- c) Acompanhar processualmente o percurso de aprendizagem durante todo o ano letivo, valorizando os pequenos progressos e identificando hipóteses de escrita e raciocínio matemático;
- d) Orientar a regulação do ensino, fornecendo dados objetivos para que o professor ajuste sua prática pedagógica e redefina os objetivos previstos no planejamento.

Quando a avaliação deixa de ter caráter punitivo e passa a servir à aprendizagem, ela encerra o ciclo de articulação pedagógica. Os dados obtidos na avaliação escolar retornam ao planejamento coletivo como insumos preciosos, permitindo que os professores, em parceria com a coordenação pedagógica, desenhem novas intervenções e garantam que nenhum aluno fique para trás.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que a melhoria da qualidade da educação no Ensino Fundamental I não decorre de ações isoladas ou de meras reformas normativas no papel. A efetivação dos direitos de aprendizagem

assegurados pela BNCC requer a construção de uma engrenagem pedagógica viva, coesa e articulada no cotidiano de cada unidade escolar.

A integração sinérgica entre a BNCC, o planejamento coletivo, o acompanhamento pedagógico e a avaliação escolar constituem a espinha dorsal de uma práxis educativa comprometida com a equidade e o desenvolvimento integral. O planejamento coletivo devolve ao professor seu papel de sujeito reflexivo; o acompanhamento pedagógico humanizado e formativo oferece a sustentação e o diálogo necessários; por fim, a avaliação formativa fornece a bússola que orienta e reorienta as decisões do ensino.

Conclui-se que fortalecer a cultura do trabalho colaborativo e a formação continuada dentro do ambiente escolar é o caminho mais promissor para superar a fragmentação do ensino e assegurar que os alunos não apenas frequentem a escola, mas nela aprendam com sentido, alegria e cidadania plena.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 33. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

LÜCK, Heloísa. **A gestão pedagógica na escola**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. 24. ed. São Paulo: Libertad, 2014.